



ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA FRANÇA E NO BRASIL

NASCIMENTO, Yanna Cristina Moraes Lira¹

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes²

RESUMO: O artigo apresenta uma Revisão narrativa sobre a história do Serviço Social na França e no Brasil, resultante de um exercício introdutório para conhecer o contexto internacional da profissão, permitindo-nos pensar sobre determinações gerais e específicas, considerando-se as particularidades européias e brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Brasil; França; história.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo, apresentamos um estudo histórico sobre o Serviço Social francês, resultante de um exercício introdutório para conhecer o contexto internacional da profissão, permitindo-nos pensar sobre determinações gerais e específicas, considerando-se as particularidades européias e brasileiras. O percurso metodológico contemplou uma Revisão Narrativa (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011) que permitiu a elaboração de um texto descritivo e crítico, a partir de referências bibliográficas desde textos publicados por autores consolidados do Serviço Social, como artigos encontrados nas bases de dados nacionais e internacionais, que tratassem da temática. A busca do material foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2021 nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Dialnet, periódicos CAPES e Google Acadêmico a partir de várias estratégias de

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. yanna.lira@eenf.ufal.br. Enfermeira, docente da Escola de Enfermagem da UFAL.

² Docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. rosa.trindade@fssso.ufal.br.

busca cruzando-se os seguintes termos: Serviço Social, trabalhador social, França e renovação do serviço social brasileiro.

Deste modo, resgatar a historicidade da profissão no território francês, observando as semelhanças e as divergências encontradas com a história do serviço social brasileiro foi o objeto deste artigo, no intuito de colaborar ainda mais com o debate da profissão.

DESENVOLVIMENTO

A história da profissão na França se mistura ao reconhecimento das mulheres como trabalhadoras, pois os primeiros avanços das mulheres nesse país ocorrem com a liberdade associativa, garantida por lei em 1º de julho 1901 e que nomeia a associação como “*a convenção pela qual uma ou várias pessoas colocam em comum e de forma contínua seus conhecimentos ou suas atividades com a única finalidade de dividir os benefícios*” (DIEBOLT, 2005, p. 305). Através das organizações associativas sanitárias ou sociais as mulheres conseguiram exercer sua cidadania, pois nesta época os poderes eram impostos ou pelas igrejas (e mais ainda pela Católica) ou pelo Estado que mantinham o controle moral e social (DIEBOLT, 2005).

As pioneiras fundaram lares sociais, hospitais, escolas, casas de saúde, abrigos e outros. Nestas associações se realizavam de tudo um pouco, desde educação sanitária, como educação familiar e cultural, até atividades preventivas, suporte alimentar, suporte à infância e aos doentes. Nessa época, eram consideradas atividades tipicamente femininas aquelas voltadas ao cuidado com a prevenção, com o cotidiano das famílias e com a dimensão doméstica que a doença ocupava. Sendo assim, as *Maisons Sociales* (casas sociais) eram quem supriam estas necessidades (DIEBOLT, 2005). Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento incorporado de Marie Jeanne Bassot inspirada no catolicismo social, rompe com a corrente paternalista, ampliando os cuidados para além das questões médicas. Segundo ela, “*A educação começa com a vida, a instrução com a razão... A instrução forma os sábios, a educação forma os homens*” (DIEBOLT, 2005, p. 308), ou seja, é através da educação inculcada nestas instituições que se buscava moldar a forma de ser das pessoas.

No período da primeira guerra mundial (1914-1918) a França foi acometida por grande devastação social, e ajudas estrangeiras se faziam necessárias. O país passa a receber apoio estadunidense através da missão Rockefeller, com a atuação das enfermeiras visitantes americanas, que introduzem medidas preventivas e mostram a necessidade de infraestrutura administrativa e sanitária para enfrentar as chamadas questões sociais (DIEBOLT, 2005). Apoios estrangeiros se intensificam até 1920, principalmente porque as condições de vida da

população francesa pioravam com agravamento da pobreza. Nesse contexto, as associações de caridade de origem católica (órgãos de beneficência) são alternativas necessárias ao enfrentamento da pobreza.

A filantropia passou a ser uma forma de conciliação entre as classes operárias e as classes burguesas, entretanto as contradições da sociedade capitalista colocam necessidades que serão assumidas pelo Estado, por exemplo através de “caixas de reforma”, constituindo-se a institucionalização de ações sociais. A partir daí, o Estado começa a se responsabilizar pelo tratamento dos sobreviventes de guerra, pelos acometidos da tuberculose e pelos abandonos e maus tratos à infância. Também é neste período que se registra a consolidação das ciências humanas, o reconhecimento de questões sanitárias de higiene e o desenvolvimento de técnicas para enfrentar esses problemas (BOUQUET, 2003; DIEBOLT, 2005). O chamado Estado Providência vai aos poucos se estruturando, baseado na promulgação das primeiras leis sobre ações sociais.

O surgimento das associações e entidades sociais colocaram a necessidade de recrutar e capacitar pessoas para atuarem nas diversas ações sociais, quando surgem as primeiras escolas de formação a partir das práticas realizadas nestes ambientes, tais como: a *ADAM*, *Maison-École*, o *ENS*, a *Escola Prática de Serviço Social*, a *Escola de Superintendentes de Fábricas*, a *Escola Pró-Gália*, que se torna em 1929 a *Escola da Ação Social de Levallois-Perret* (DIEBOLT, 2005, p. 312). Após a formação nestes espaços as mulheres teriam experiências suficientes para exercer as funções designadas nas diferentes instituições, embora não houvesse obrigatoriedade de formação para quem atuasse nessas instituições (DIEBOLT, 2005). Nesse processo, o primeiro instituto de Serviço social de Montrouge em 1932 surge a partir da Associação para o Desenvolvimento da Assistência aos doentes.

É preciso resgatar que a profissionalização do serviço social surge, a exemplo da enfermagem, como uma estratégia de emancipação feminina, entretanto tutelada pelos homens (donos das fábricas, médicos e outros...), ainda que, estas seriam as únicas profissões aceitas pela sociedade, já que se assemelhavam aos cuidados e aos afazeres domésticos, ao que Bouquet denomina de “maternidade social” (BOUQUET, 2003; DIEBOLT, 2005). Fala-se aqui em profissões porque até 1938 ações desenvolvidas por enfermeiras visitadoras e por trabalhadoras sociais² eram denominadas de serviço social, portanto, não se configurava como uma única profissão. No contexto entre as duas Guerras, e mais especificamente a partir de 1945, os empregos femininos começam a crescer na área social, através de ocupações como tutoras profissionais, conselheiras em economia familiar e social,

² Segundo Brigitte Bouquet (2003), havia a formação de enfermeiras hospitalar e de enfermeira de higiene social especializada em tuberculose, puericultura e venereologia, muito comum para trabalhar as doenças que acometiam a sociedade da época; já as trabalhadoras sociais se subdividiam em residências sociais, serviço social de tipo familiar e as superintendentes de fábrica.

puericultoras, educadoras e animadoras sanitárias. Na reconstrução do país pós-guerras há a necessidade de muitos profissionais e o celibato (exigido às mulheres) deixa de ser regra (BOUQUET, 2003; DIEBOLT, 2005). Desde 1932, o assistente de serviço social diplomado pelo Estado francês passa a ter a licença para exercer tal profissão (BOUQUET, 2003), no entanto, a obtenção do título era adquirida pelos anos de experiência e não necessariamente pela educação formal, o serviço social era concebido como uma profissão baseada na vocação, na benevolência e dedicação, ainda muito ligada à ideologia católica (DIEBOLT, 2005).

Situaremos, agora o surgimento da profissão no Brasil e suas relações iniciais com a França, visto que a criação, em 1936, do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, ocorreu mediante iniciativas do serviço social de origem franco-belga. As primeiras escolas foram institucionalizadas na arquidioceses em vários estados brasileiros, mas desde o início a profissão surge com formação de nível superior, o que não ocorre de imediato na França. A intervenção caritativa, as relações com a igreja católica e o desenvolvimento da profissão por vocação traz muitas semelhanças ao início da profissão em ambos os países (NETTO, 2015)

Para Jeanine Verdes-Leroux o serviço social surge a partir da assistência organizada, ou seja, de um conjunto de estruturas e práticas impulsionadas por intensos conflitos sociais colocados pela industrialização e pela urbanização e que se posicionou como um contramovimento à politização da classe operária a partir do ideário socialista (MARTINS, 2016) e que mais tarde se transformou em um dispositivo de controle camuflado, por se caracterizar a porta de entrada para o relacionamento entre o trabalhador e o patrão, uma forma de suporte ao indivíduo trabalhador. Apesar de muitas semelhanças na história da profissão nos dois países quanto ao seu surgimento partindo da caridade e discurso religioso, negação da política, do desprestígio da teorização, e da manutenção do controle por parte da burguesia, a história passa a registrar suas diferenças já no cenário em que as duas profissões evoluem. No Brasil, o patamar de industrialização era bem diferente do que ocorria na França, as misérias das quais eram necessárias intervenções não surgiam diretamente da modernização do país.

Entretanto, as influências do pensamento francês apresentam mudanças evidentes somente a partir de 1940, quando o Serviço Social brasileiro passa a adotar mais as ideias e as propostas de práticas profissionais estadunidenses. É importante comentar que de 1960 até a década de 1990 as relações com a Europa, inclusive com a França, foram bastante reduzidas (NETTO, 2015). A redução destas influencias francesas também foram reflexos das relações sócio-econômicas do país para com o Brasil no período pós guerras, principalmente pela dificuldade da França em avançar com as suas exportações e consequentes perdas do

mercado consumidor perante o poderio estadunidense e da Grã-Bretanha nas relações comerciais com o Brasil e toda a América Latina.

É preciso denotar que no contexto após a segunda Guerra Mundial, as influências do Serviço Social estadunidense chegam a Europa, especialmente a França, através do chamado método profissional de *Casework*, formulado originalmente por Mary Richmond no início do século XX. O método *Casework* passa a ser difundido em diversas instituições, e passa a ser considerado como a “*primeira conceitualização autônoma*” (BOUQUET, 2003, p. 51-52), neste método o tratamento dos problemas sociais seguiria o modelo *profilaxia dos problemas potenciais ou diagnóstico/terapêutica/cura daqueles que foram identificados, situação em que o profissional seria o sujeito da ação e, o usuário, o objeto manipulado no decurso da intervenção* (MARTINS, 2016, p.515-6). Neste sentido a intervenção profissional estava fundamentada na neutralidade, apoliticismo e praticismo, ou seja, o assistente social não deveria tomar partido algum entre a classe operária e seus patrões (MARTINS, 2015).

O Serviço Social francês chega à década de 1960 fundamentado por uma formação mais voltada para as questões médico-higienistas do que por reflexão teóricas sobre a sociedade. Na década de 1960, algumas mudanças acontecem, quando, por exemplo, em 1968, separam-se as formações de assistente social da formação de enfermeira (BOUQUET, 2003). Apesar dessa mudança, as formações acadêmicas demoraram para se estabelecer no país, muito diferente do Brasil que em 1960 estava com a profissão universitária regulamentada e com seus conselhos profissionais fundados (NETTO, 2015).

No período entre 1964 a 1984 o Brasil passava por um regime político muito específico, a ditadura militar, de muita repressão e tecnoburocracia civil a serviço do capital, típico do capitalismo dos monopólios. Período que o capitalismo sofre profundas modificações pondo as contradições burguesas de exploração, alienação e transitoriedade histórica em busca de lucratividade através do controle dos mercados. Junto a isto uma sequência de fenômenos se evidenciam: os preços das mercadorias constantemente elevados, as taxas de lucros mais altas nos cenários monopolizados, as taxas de acumulação e subconsumo também elevadas, os investimentos na concorrência e nas tecnologias, resultando-se em superexploração da classe trabalhadora. Entretanto, diferentemente dos regimes ditatoriais ocorridos em toda América Latina, a ditadura brasileira desenvolveu as forças produtivas e modernizou a estrutura econômica do país, a custo do incremento da desigualdade social (NETTO, 1992; NETTO, 2015).

Ainda segundo este autor, nesse período ditatorial ocorre o processo de renovação do serviço social brasileiro, com a constituição de três direções/vertentes, todas elas decorrentes do que ele chama “erosão do Serviço Social tradicional”(de base católica, e que não mais responde às requisições do pós-1964). Somente a vertente baseada no marxismo – a intenção de ruptura – faz uma crítica histórica ao conservadorismo tradicional e ao moderno

de fundamentos europeus e norte-americano, ou mesmo da sociologia das profissões (NETTO, 2015; MARTINS, 2016), situação e evolução completamente divergente da ocorrida na França, em que não houve essa ruptura teórico-metodológica.

Na década de 1970, no Brasil, surgem os cursos de pós-graduação que na década seguinte se consolidam, sejam em nível de mestrado ou de doutorado, mas que dão ênfase a investigações que foram responsáveis pelo reconhecimento internacional do serviço social na área de produção de conhecimento (NETTO, 2015), situação muito diferente do percurso trilhado pelo serviço social na França em que a pesquisa só começa a florescer em pleno século XXI.

Na França, nos anos 1970 ratifica-se o conceito de controle social e continua-se a valorizar carreiras práticas do que saberes universitários. Funda-se o Diploma Superior de Trabalho Social em 1978 com esta lógica voltada a prática assistencial (BOUQUET, 2003; RULLAC, 2014). O mundo começa a valorizar o individualismo, o nacionalismo, os fundamentalismos que afetam diretamente o trabalho social, que valoriza intervenções isoladas, para dar resoluções específicas a cada situação. Com a crise econômica resolver a pobreza, a fome e o desemprego torna-se emergente (BOUQUET, 2003). Neste momento que ocorria o movimento de renovação da formação, as assistentes de serviço social, como são nomeadas na França ainda lutavam pelo reconhecimento do diploma universitário, tendo em vista a profissão ser executada por profissionais de vários níveis de formação.

A partir de 1983 o serviço social na França deixa de ser apenas um mero executor de políticas do estado, e assume o papel de defensor e construtor das políticas sociais em um contexto francês de descentralização política, em que emerge a necessidade de políticas sociais transversais às questões da vida em comunidades introduzindo a lógica do trabalho por projetos na profissão (BOUQUET, 2003). Na França é possível identificar contradições na evolução do serviço social, pois, se por um lado há o trabalho por território de forma coletiva; por outro há estímulos às especializações e práticas por competências para um trabalho individualizado.

No final dos anos 1980 há convivência de diversos modelos de atuação, o que gerou questionamentos de segmentos na categoria, manifestados, por exemplo, em manifestações grevistas reivindicando a homologação do diploma de nível II (o serviço social não tinha o reconhecimento satisfatório de profissão de nível superior) e melhores condições de trabalho (BOUQUET, 2003). Somente em 1986 fundam-se os Institutos Regionais de Serviço Social (Instituts Régionaux du Travail Social), as IRTS, com a competência legal de desenvolver pesquisas, ainda que de forma muito tímida, pois os estímulos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas só seriam aprovadas em 2008 (RULLAC, 2014).

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela participação de segmentos progressistas do Serviço Social nas lutas pela redemocratização do país, pela nova Constituição federal,

promulgada em 1988. Este processo fortaleceu a chamada vertente de Intenção de Ruptura, possibilitando revisões no currículo da formação em graduação, revisão do código de ética, fortalecimento da organização político-profissional e do reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento, o que impulsionou a pós-graduação strictu-sensu, a pesquisa e a produção de conhecimento. Chega-se à década de 1990, com a formação profissionais mais consolidada e com as prerrogativas profissionais mais bem definidas, inclusive com uma nova lei de regulamentação da profissão e um novo código de ética, ambos de 1993. O chamado projeto ético-político da profissão passa a ser hegemônico e fortalece os segmentos profissionais que enfrentam as ofensivas conservadoras do contexto neoliberal através da defesa de garantias de direitos e de críticas aos limites da emancipação humana no capitalismo. Na França, nos anos de 1990, amplia-se a complexidade das questões e a forma de trabalho, a informática passa ser introduzida no exercício profissional, surgem com toda força os trabalhos contratualizados, empregos precarizados a partir de uma lógica mercadológica, o que também atinge os assistentes sociais.

O trabalho social na França, nunca foi fácil de ser compreendido, desde as pioneiras ele é realizado em diversos níveis: profissionais de nível superior com o enquadramento administrativo social; profissionais de nível intervencionista como chefes de projetos e agentes de inserção ligados a mediação, habitação e delinquência (considerados de nível II); os profissionais de níveis de apoio, os que realizam pequenos trabalhos como os mediadores interculturais (considerados de níveis III, IV e V); e os profissionais de níveis mais baixo, considerados os voluntários e os que realizam o acolhimento (BOUQUET, 2003; FINO-DHERS, 2007).

O sistema de ensino superior Europeu está organizado em três ciclos, durante cada ciclo, diplomas são emitidos por órgãos públicos ou por estabelecimento privados que atestem os conhecimentos, aptidões e qualificação profissional. O ingresso aos estudos universitários de graduação ocorre mediante aprovação no exame nacional designado “Baccalauréat” (BAC), equivalente ao ENEM/Exame Nacional do Ensino Médio aqui no Brasil. A nomenclatura adotada é a LMD (*Licence, Master, Doctorat*), em que a *licence* considerada o primeiro ciclo é o equivalente ao bacharelado ou licenciatura aqui no Brasil, que deve ser concluída em três anos; o *Master* considerado o segundo ciclo seria equivalente ao mestrado e tem a duração de dois anos seguidos da licenciatura, no segundo ano do mestrado o estudante faz a escolha pelo *Master Recherche*, que corresponde ao Mestrado acadêmico pre-requisito para o doutorado, ou pelo *Master Professionnel*, que corresponde a uma especialização com a necessidade de realizar estágio de três a seis meses no último semestre. Quanto ao *Doctorat*, considerado o terceiro ciclo, este seria o doutorado adquirido no período de três anos em que a tese não seria obrigatoriamente individual e inédita como assim é exigido no Brasil (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2018b; DUGUÉ, 2009).

A nomenclatura e forma de aquisição dos diplomas na França é totalmente diferente da adquirida no Brasil, quem realiza o trabalho social são profissionais de diversos níveis de formação, de nível médio, superior e pós-graduados, formados ou treinados em diversas instituições que não necessariamente são universidades. A nomenclatura dada aos assistentes sociais, é assistente de serviço social (*L'assistant de service social*) considerado um profissional de serviço social que intervém de forma individual ou coletiva nas instituições visando a melhoria de condições de vida dos indivíduos e famílias em termos sociais, de saúde, familiares e econômicos, cultural e profissional, que vai desde o nível médio com a formação tecnológica ou profissional, até o nível de pós graduação (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2016; RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2018a).

Compreendido a questão das formações, outra situação que causa muitas dúvidas é o sistema de diplomas, que se torna muito diferente do que acontece no Brasil. Ao contrário do Brasil que só recebe um certificado quando se conclui um curso na íntegra, na França ao término de cada ano estudado se recebe um diploma (RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2018b), que se inicia por *BAC+1* (diploma expedido ao concluir-se o primeiro ano de *Licence*) até o *BAC+8* (diploma expedido ao término do *Doctorat*). Estes níveis são extremamente importantes para se direcionar a oferta da vaga de emprego de forma específica, não necessariamente precisa-se terminar um curso para obter um diploma e a sua conclusão pode ocorrer no momento que o estudante desejar. Ainda existe os cursos nas escolas especializadas que possuem a duração de cinco anos, e que os dois primeiros anos são considerados como classes preparatórias, uma espécie de cursos técnico (DUGUÉ, 2009).

Torna-se crucial entender o sistema educacional francês para se compreender a tardia inserção do serviço social na pesquisa, que só acontece no ano de 2012, tendo em vista a valorização durante anos de uma formação mais voltada para a intervenção. Entretanto, aos poucos vai surgindo pesquisadores, laboratórios e polos de pesquisa e estudos para a formação e ações sociais em parcerias com as universidades (RULLAC, 2014).

Começa-se a questionar a cientificidade do serviço social, seu saber produzido, e seu vínculo epistemológico e institucional. É neste momento que embates metodológicos e referências teóricas começam a ser submetidos a críticas, e quando surge de fato a dicotomia entre saber teórico e prático. Contestam-se os pesquisadores do serviço social como cientistas na procura de reconhecer o doutor em serviço social com o mesmo brio de um doutor em sociologia (RULLAC, 2014), discussões que no Brasil já têm sido superadas. Por muitos anos o pensamento da sociologia foi predominante no contexto francês do serviço social, e como não havia uma preocupação teórica de fato, processos de renovação da profissão numa direção histórico-crítica não foram observados.

Martins (2016) destaca um ponto interessante das relações mais recentes entre França e Brasil no Serviço Social. Autores como Netto, Yamamoto, Faleiros e Montaño receberam influências de uma pesquisadora europeia que *avaliou a profissão pelas ciências sociais contemporâneas, ainda que tal fato não seja notado por grande parte dos analistas* (MARTINS, 2016, p. 517), a socióloga e historiadora francesa Jeannine Verdès-Leroux (1986), que a partir de seus estudos influenciados pelas ideias marxistas e fundamentados em Pierre Bourdieu *forneceu aos assistentes sociais uma importante reflexão crítica (de inclinação neweberiana, mas com grande influência do pensamento radical)*.

É importante salientar que *nenhum projeto profissional se constrói e/ou se formula num vázio histórico, cultural e político* (NETTO, 2015, p. 236), ou seja, o contexto histórico é fundamental para a construção de um arcabouço técnico-jurídico que reflita as necessidades reais de cada sociedade. Cada região possui suas particularidades que resulta em intervenções únicas e projetos profissionais singulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo apresentado nesse artigo, foi possível resgatar a historicidade da profissão no território francês, observando as semelhanças e as divergências encontradas com a história do serviço social brasileiro principalmente frente o movimento de renovação no processo de formação e reformulação do projeto-ético-político da profissão.

A profissão para se consolidar na França enfrentou várias nomenclaturas, divisões e ainda enfrenta muitos desafios. Mas com certeza as conquistas que as mulheres conseguiram no campo profissional frente as políticas de assistência, bem como da intervenção estatal na França foram destaques. Semelhanças e divergências fizeram parte do processo evolutivo da profissão nos dois países de diferentes continentes e principalmente de diferentes realidades sociais. Assim sugere-se, que em outros estudos a discussão seja mais aprofundada, buscando nos detalhes de cada semelhança e divergência aqui relatadas fazer uma análise de maior fundamentação teórica, esclarecendo os ganhos e perdas na contemporaneidade e as devidas influências que estão acontecendo do reconhecido serviço social brasileiro na França.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C.C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*. Belo horizonte, v. 5, n.11, p.121-136, mai/ago 2011. Disponível em: www.ges.face.ufmg.br. Acesso em: 06.07.2021.

BOUQUET, B. História e mutação da profissão de Assistente Social em França. *Intervenção Social*, v. 27, p. 43–61, 2014. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1074>. Acesso em: 05.11.2021.

DIEBOLT, É. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 305-29, maio-ago, 2005.

DUGUÉ, E. Estruturação do Campo Profissional e Circulação de Saberes: O Exemplo do Trabalho Social na França. *Revista em pauta*. v.6, n.24, p. 217-34, dez, 2009.

FINO-DHERS, A. A reforma dos estudos de assistente de serviço social na França e seus desafios. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 6, n. 6, p.1–170, mai, 2007.

MARTINS, L.R. O pensamento de Jeannine Verdès-Leroux e o Serviço Social: um resgate crítico. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 514-32, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bChB84NMzb8x9JZPzwx44ZS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05.11.2021.

NETTO, J. P. As condições históricos-sociais da emergência do Serviço Social. In: *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

NETTO, J.P. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. *Lusíada*. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 42/45, p. 229-49, 2015.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Code de l'action sociale et des familles. Titre V : Formation des travailleurs sociaux (Articles L451-1 à L452-1). *LOI n°2016-444* du 13 avril 2016 - art. 2. Légifrance: Le service public de la diffusion du droit. 2016. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/codes/section_lc/LEGITEXT000006074069/LEGISCTA000006142857/#LEGISCTA000006142857. Acesso em: 10.01.2022.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Code de l'éducation. Chapitre V : Dispositions communes aux formations technologiques et aux formations professionnelles. (Articles L335-1 à L335-17). *LOI n°2018-771*, du 5 septembre 2018 - art. 31 (V). Légifrance: Le service public de la diffusion du droit. 2018a. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/codes/article_lc/LEGIARTI000028699392/2022-01-10/. Acesso em: 10.01.2022.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Code de l'éducation. Livre VI : L'organisation des enseignements supérieurs et de la recherche (Articles L611-1 à L687-3). *LOI n°2018-166* du 8 mars 2018 - art. 13. Légifrance: Le service public de la diffusion du droit. 2018b. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/codes/section_lc/LEGITEXT000006071191/LEGISCTA000006137627/#LEGISCTA000042813278. Acesso em: 10.01.2022.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Code de l'éducation. *Partie réglementaire (Articles D111-1 à R974-5)*. Légifrance: Le service public de la diffusion du droit. 2018c. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/codes/section_lc/LEGITEXT000006071191/LEGISCTA000006095806/#LEGISCTA000006095806 . Acesso em: 10.01.2022.

RULLAC, S. Trabalho social e intervenção social na França: o estado do conhecimento. Tradução Fátima Murad. *Cadernos de pesquisa*, v.44, n.154, p.876-90, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4RmVHzWp3mRXhdhtNgT8DVf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11.10.2021.